



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO XAVIER

ITAPORANGA – PB

2014

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO XAVIER

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no Curso de Especialização em Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para elaboração da monografia obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. MSc. Irenaldo Pereira de Araújo

ITAPORANGA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

X3c Xavier, Maria De Fátima Araújo
A contribuição da Educação do campo para o desenvolvimento rural [manuscrito] / Maria De Fátima Araújo Xavier. - 2014.
22 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Ensino a Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Ms. Irenaldo Pereira de Araújo, Departamento da PROEAD".

1.Educação do campo. 2.Agricultura Familiar. 3. Desenvolvimento Rural. I. Título.

21. ed. CDD 370

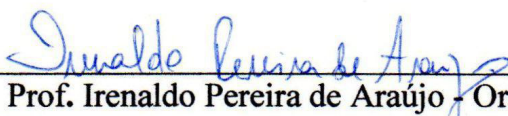
MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO XAVIER

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL**

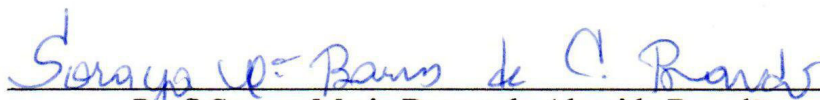
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19/julho/2014

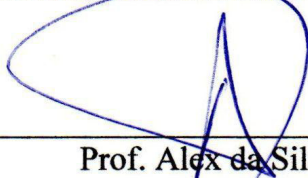
BANCA EXAMINADORA



Prof. Irenaldo Pereira de Araújo - Orientador
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof^a Soraya Maria Barros de Almeida Brandão
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Prof. Alex da Silva
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

A minha mãe, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À professora Soraya Maria Barros de Almeida Brandão pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Irenaldo Pereira de Araújo e Alex da Silva, que contribuíram ao longo de doze meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação – Nelson Mandela.”

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo de sistematizar algumas ideias e bases teóricas sobre a relação entre desenvolvimento rural e educação no contexto da agricultura familiar. Utilizamos a concepção de Educação do Campo por ser indicada como proposta educativa para a formação de agricultores familiares nos públicos atendidos pelos programas de assistência técnica e extensão rural. Com particularidade focalizamos os grupos de agricultores familiares tradicionais, quilombolas e povos indígenas. Acreditamos que o tipo de educação que predomina no campo não está proporcionando o desenvolvimento de competências que resulte numa aprendizagem significativa e que incentive técnica e culturalmente a permanência e evite a mobilidade dos jovens do campo para os centros urbanos.

Palavras-chave: Educação do Campo, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This paper aims to systematize some ideas and theoretical basis for the relationship between rural development and education in the context of family farming. We use the design of Field Education to be nominated as educational proposal for the training of farmers in public attended by technical assistance and rural extension programs. With particular focus on groups of traditional family farmers, indigenous peoples and Maroons. We believe that the kind of education that prevails in the country is not providing the skills development that results in meaningful learning and to encourage technical and cultural permanence and avoid the mobility of rural youth to urban centers.

Keywords: Field Education, Family Farming, Rural Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	13
3. EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	16
4. CONSIDERAÇÕES	20
REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

Cada sistema econômico, cada bloco político e social tem igualmente um sistema educacional coerente com seu projeto de sociedade. Para fazer a relação de educação com desenvolvimento consideramos que o ato educativo é por natureza uma ação intencional e política, por isso pode ser utilizada para a formação de sujeitos críticos e criativos capazes de influenciar a sociedade onde vivem como agentes de transformação e desenvolvimento.

Pela importância da agricultura familiar no Brasil, tem havido, ao que nos parece, uma inadequação no modelo vigente de propostas educativas para a formação das futuras gerações de agricultores, incluindo aqui as crianças e jovens. Uma mudança considerável faz-se necessária e apresenta-se como um grande desafio para os educadores preocupados com as questões e problemas da população do campo brasileiro. Almeja-se que a educação possa promover o fortalecimento e a construção de conhecimentos locais e de agriculturas de base sustentável.

Em Carneiro (2007) há uma chamada para que se faça uma reflexão sobre a juventude rural no contexto das novas mentalidades presentes no cenário rural em decorrência da crescente mobilidade de indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade. Entende a autora que a intensificação da comunicação com a cidade faz com que seja um desafio compreender os valores e novos anseios dos jovens de residência rural.

Como apontam Tavares de Lima e Carneiro (2006), na trajetória de vida dos agricultores e agricultoras, há uma luta permanente por melhores condições de vida e pela conquista da terra. Eles buscam arduamente por mudanças e vislumbram a utilização de diversas instâncias educativas como uma reafirmação de uma nova proposta para as suas vidas. A instituição escola é percebida como um apoio fundamental nesta trajetória.

Já Borges (2007) comentando sobre a função social da escola, indica que a educação possibilita a socialização e tanto na modalidade formal ou não formal devem estar contextualizada à vida do ser humano, na sociedade. Através dela são repassadas as experiências dos adultos às novas gerações.

Assim, pretendemos com este trabalho de cunho teórico, sistematizar algumas ideias que colaborem para reflexões sobre a pertinência da relação entre desenvolvimento rural e educação do campo na perspectiva da educação de jovens agricultores. Reconhecemos a pertinência desta relação para os públicos atendidos pelos programas de assistência técnica e extensão rural pública como: agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, públicos resultantes de programas de reforma agrária, povos indígenas e outros.

Acreditamos que a educação escolar que predomina no campo não está proporcionando o desenvolvimento de competências para o fortalecimento da agricultura familiar. Nem traz competências técnicas para a permanência no campo e de que forma podem continuar como agricultores, num processo de sucessão natural próprio das famílias de agricultores.

2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A educação por seus objetivos e sentidos, deve problematizar sua forma de relação com a sociedade na qual se insere e isso parece claro quando associamos à noção de desenvolvimento. O resultado da pressão desses dois fatores está relacionado ao tipo de educação e de ensino ofertado.

Ao comentar sobre a relação entre países desenvolvimento e os outros não desenvolvidos, Wolfe (1976) afirma que todos os países têm o direito e a capacidade de se desenvolverem. Do mesmo jeito advogamos que seja a educação um direito de todos, direito humano e dever do Estado. Mesmo que esta afirmativa já tenha sido anunciada há algumas décadas ela serve de articulação para associarmos desenvolvimento e educação ainda hoje.

Cada tipo de desenvolvimento tem sua escola correlata e assim, no caso do desenvolvimento local e o desenvolvimento sustentável, o tipo de educação correspondente considera uma multiplicidade de fatores que fazem parte de sua concepção. Deverão contemplar formas de educação específicas e que combinem muitos fatores como as questões culturais, valores locais, coletivas, sociais, históricas, ambientais e também deve promover a formação integral das pessoas.

No Brasil há uma mobilização nacional e um movimento de resistência em defesa de uma escola social e culturalmente referenciada para o mundo da agricultura familiar. Já existem inúmeras experiências exitosas neste sentido. Nestas modalidades educativas, a escola utiliza-se de pedagogias baseadas na abordagem construtivista, etnometodológicas, ou seja, a aquisição do conhecimento acontece num processo de construção. A construção de saberes é uma tarefa complexa, porque requer uma visão multidisciplinar.

Acreditamos que a cultura, a identidade local deve ser valorizada em todos os aspectos na formulação de políticas públicas para a educação e as ações públicas devem ser formadas

em parcerias com os movimentos sociais correspondentes. Assim inauguramos um momento importante na história da educação brasileira. Baseada em reivindicações e proposições da sociedade poderá ser construída propostas educativas que contemplem o fortalecimento desses segmentos de contextos culturais peculiares trazendo assim uma prática educativa que gere uma aprendizagem útil ao desenvolvimento pessoal e local na perspectiva da formação da juventude rural.

Diante da complexidade do tema que coloca a educação como imprescindível para o desenvolvimento, neste sentido poderemos citar os argumentos de Cortella (2008) ao apontar as três formas de como a sociedade pode se relacionar com a educação e vice-versa. As formas de relação da educação com a sociedade são através do: otimismo pedagógico, pessimismo pedagógico e otimismo crítico.

- a) **Otimismo pedagógico:** aos que aderem a este pensamento, o chamado otimismo ingênuo, atribuem à escola a missão salvífica em relação à sociedade. Os professores como verdadeiros sacerdotes e seu papel de trabalhador seriam substituídos pelo caráter vocacional. Esta seria uma forma de pensar ingênua e a idéia do otimismo pedagógico seria de uma prática educativa neutra.
- b) **Pessimismo pedagógico:** predominantemente este pensamento vigorou até os meados dos anos 1970 e trouxe uma forte carga de pessimismo. A escola seria um instrumento de dominação e seria reprodutora do sistema desigual de uma sociedade dividida em classes. A escola serviria irremediavelmente ao poder e teria como objetivo o de reproduzir o status quo numa sociedade desigual e injusta.
- c) **Otimismo crítico:** Estas idéias começaram a aparecer a partir dos anos 1980. O nome á anuncia que tenta resgatar o otimismo em relação à escola, mas sem, no entanto percebê-la como neutra ou messiânica em relação as necessidade de transformação social.

Apontando uma função conservadora, mas também uma função de inovação. Se a escola é capaz de reproduzir as desigualdades sociais, por outro lado é a instituição que pode promover a ascensão das classes populares e da transformação social, subsidiando a construção de uma sociedade de fato mais ética e democrática.

Portanto, na relação educação-sociedade as reivindicações e proposições surgem dos movimentos. Assim temos os movimentos ambientalistas reivindicando a educação ambiental, os movimentos sociais do campo reivindicando e fazendo proposições para com a educação do campo com desdobramentos diversos e inclusive para a educação afro-brasileira e a educação indígena. No conjunto de suas demandas buscam construir padrões educacionais que considerem suas peculiaridades e os princípios filosóficos para promoção de um saber libertário e gere a autonomia dos sujeitos cognoscentes.

Usamos as palavras de Freire (2001) quando afirma que as diferenças interculturais existem e apresentam-se sob as formas de divisões de classes, de raças, gênero, pensamentos e como consequência disso as diferenças entre nações. Essas diferenças geram ideologias, de um lado, discriminatórias e de outro lado fortalecem as ações de resistência. Diz ainda que a superação da opressão não pode acontecer fora de projetos de natureza política pedagógica no sentido de que possa promover a transformação ou até a reinvenção do mundo.

No cenário da educação vivenciada entre famílias de pequenos agricultores, encontramos em Jantsch (2001) que a educação escolar e também a extraescolar vivenciada pelos pequenos agricultores e da maioria de seus filhos não lhes dá o subsídio necessário para constituir o saber real e a autonomia necessária para superar o paradigma do determinismo social que estão de certa forma condenados.

Sobre um projeto educativo para as populações que vivem no território rural, abordaremos as concepções de educação do campo, educação afro-brasileira e a educação indígena.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

O tipo de educação como proposta para formação de futuras gerações de agricultores é fruto da mobilização dos movimentos sociais que atuam no campo. A educação do campo é a história da construção de um direito: o direito do povo brasileiro que vive e trabalha no mundo rural, que luta pelo direito a terra e ao trabalho à educação. E a escola para os filhos das famílias agricultoras não pode ser uma adaptação da escola da cidade para o meio rural.

A sociedade organizada se junta aos meios acadêmicos reivindicam um sistema de educação que seja compatível com segmentos produtivos e culturalmente definidos, o campesinato brasileiro. Fernandes (2004) diz que a Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico e defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do local, da terra em que pisa que vive e produz como agricultor familiar, no terreno de sua realidade concreta:

Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos o não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, 2004)

Um dos méritos da proposta da educação do campo é o de incorporar metodologias participativas e específicas para o mundo rural, e ou agrícola. Em oposição ao tipo de educação predominantemente vivenciada pelas populações do campo. A forma como vem sendo praticada, parece muitas vezes reforçar o êxodo rural por trazer em seus conteúdos e metodologias adotadas, quase exclusivamente, vinculadas ao mundo urbano.

Como apontado por Soares (2001) a educação do campo é tratada como educação rural na legislação brasileira e tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da

pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, neste sentido, mais do que um perímetro não urbano é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, Lei 9394/96 – LDB estabelece que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino devem promover a necessária adequação às peculiaridades da vida rural e de cada local, no que diz respeito aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas interesses dos alunos da zona rural. Quanto à organização escolar própria, tal lei inclui a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, além de uma adequação à natureza do trabalho na zona rural. Certamente, a discussão da temática tem a ver, neste particular, com a cidadania e a democracia no alcance de um projeto de desenvolvimento onde as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos.

Em 2004, o Movimento de Educação do Campo realizou a Segunda Conferência Brasileira de Educação do campo. O documento final desta conferência parece sintetizar bem o seu ideário, ao responder a questão o que queremos: a) A universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social por meio de uma política pública permanente (...) b) A ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas: 1. A valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente (...) 2. A formação de profissionais para o trabalho no campo por meio de uma política pública específica e permanente (...) 3. O respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos. (II CNEC, 2004).

A escola do campo deve ser definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e nos saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, saberes locais e gerais, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Para Fernandes e Molina (2004), a educação do campo tem se constituído como uma estratégia de transformação no campo brasileiro porque o resgata não somente como espaço de produção agrícola, mas como um território de relações sociais, culturais e de relação com a natureza, um território de vida.

Para Arroyo, Caldart e Molina (2004) muitos educadores e educadoras brasileiras se mobilizam, debatem e estudam, refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, em escolas-família agrícola, em escolas de assentamentos e de acampamentos, frutos de processos de reforma agrária, como em escolas de comunidades indígenas e quilombolas. Só há sentido em se discutir uma proposta educacional específica para as necessidades dos trabalhadores do campo se houver um projeto novo de desenvolvimento para o campo como parte de um projeto nacional.

A educação ideal para a formação da juventude rural não terá apenas o professor como fonte de conhecimento. Para uma aprendizagem que seja significativa é necessário que os conhecimentos sejam adquiridos em situações pedagógicas tendo como base educativa as práticas realizadas no contexto da agricultura familiar. Um processo dialético, em alternância do tempo na comunidade com o tempo na escola (LIMA, 2009).

Uma das metodologias recomendadas para este diálogo do saber escolar com o saber da vida na agricultura chama-se pedagogia da alternância. Esta pedagogia tem interesse no concreto, no cotidiano das famílias de agricultoras e no saber-fazer útil. Requer o desenvolvimento de competências cognitivas mais complexas tanto para os educadores como

para os alunos. O perfil destes educadores aptos a desenvolverem esta abordagem está desenhado como sendo daqueles que compreendem a natureza da cultura local. Deverão desenvolver uma didática local e situações didáticas com ênfase etnometodológicas.

Neste enfoque devem aproveitar, por exemplo, a matemática vivenciada pelos agricultores, as habilidades de conviverem com as adversidades de clima e de tempo, a poesia popular, os mitos do local, as histórias que circulam o cancionário popular, a relação do conhecimento científico como o conhecimento popular, o diálogo de saberes, entre tantas outras possibilidades. Esses educadores devem pedagogicamente coordenar muito bem as vivências dos alunos e alunas no tempo que passaram na comunidade, no campo e o tempo da escola. É necessário que nesta pedagogia haja um diálogo entre o saber concreto e vivenciado na comunidade com o saber científico escolar. O saber resultante desta relação escola e comunidade poderá ser traduzido como capaz de gerar uma aprendizagem significativa que promova mudanças conceituais e que repercutam para a vida.

4 CONSIDERAÇÕES

Compreendemos ser pertinente a relação já tão propalada entre educação e desenvolvimento rural. Sendo a educação um ato intencional e, portanto, político, as comunidades tradicionais reivindicam um sistema educacional apropriado às histórias de lutas, resistência e potencial produtivo. A relação da educação com desenvolvimento traz a baila a necessidade de uma política pública mais direcionada para este atendimento de históricas demandas sociais reprimidas e que passam pela conquista de sistemas educacionais a partir de demandas sócio, culturais e coletivas para os que trabalham e vivem no campo.

É importante notar que a educação do campo em suas diversas modalidades para formação de agricultores está sendo fortalecida com metodologias que trazem uma perspectiva praxiológica e dialética entre a cultura da educação escolar e a aprendizagem nas práticas diárias de ser agricultor. Feita do campo, a partir da participação de representações sociais nos momentos de formulação de propostas e para o campo, garantindo a identidade local no processo e na implementação. Também que este tipo de educação tenha relação com o modelo de desenvolvimento local e de agricultura sustentável, que valoriza os potenciais endógenos.

Uma educação adequada ao desenvolvimento rural, ou seja, os processos educativos para os agricultores de base familiar devem promover a possibilidade de permanência no campo com qualidade de vida. Tal objetivo poderá ser possível com aprendizagens técnicas culturalmente referenciadas. Com direito garantido da oferta pública de uma educação que promova o debate e a concretização de uma formação para autonomia dos sujeitos cognoscentes. Para o trabalho digno e com direitos e deveres que reforcem a perspectiva de cidadania e conseqüentemente que os direitos sociais sejam traduzidos na garantia da

participação dos indivíduos nas riquezas coletivas e na construção de uma sociedade mais democrática e mais justa.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.
- BORGES, Heloísa da Silva. Construção do currículo da educação de jovens e adultos. In JANTSCH, Ari Paulo. **Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa**. Florianópolis. Núcleo de Publicação (UFSC/CED). 2001.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa. **Guaraná. Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.
- CNEC - **II Conferência Nacional por uma Educação do Campo – Declaração Final, 2004**. Disponível em <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=235>; Acesso em: 19 de abril de 2014.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 12^a Ed. Ver. Ampl. São Paulo: Cortez, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FERNANDES, Bernardo. Mançano; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. (Org.). **Por uma Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Brasília, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. Cortez. Coleção Questões da Nossa Época, v.23. 2001.
- JANTSCH, Ari Paulo. **Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa**. Florianópolis. Núcleo de Publicação (UFSC/CED). 2001.

LIMA, Gustavo Ferreira. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: **BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, Irenilda de Souza. **A pedagogia da alternância e o desenvolvimento local: a adequação para a educação rural no Brasil**. Brasília: Relatório para CAPES, 2009.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**; 5ª Ed. RJ; Vozes. 1984.

SOARES, Edla L Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. In: PERNAMBUCO, Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 36/2001, de 04/12/2001.

TAVARES DE LIMA, J e CARNEIRO, S. Q. Desenvolvendo o Local com Severinos e Quitérias. In TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Recife: Bagaço. 03. P. 71-92.

WOLFE, Marshall. **Desenvolvimento para que e para quem? Indagações sobre política social e realidade político-social**. São Paulo. Paz e Terra. 1976.